



PROCURAÇÃO "Ad-Judicia et extra"

OUTORGANTE: EMERSON DOSSAUS CARLOS<sup>SO</sup> brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob n.º 104.529.434-93, portador de cédula de identidade RG nº 35526831, residente e domiciliado(a) na, RUA "A", CF. FREI FERNANDO, Nº 311, Bairro CENTRO, Cidade de CAJUEIRO/AL, CEP 57.770-000

OUTORGADO: ISABELA CRISTINA ROCHA MONTENEGRO, brasileira, advogada, inscrita na OAB/AL, sob o número 14.445, com escritório profissional sediado à Rua Professora Guedes de Miranda, nº 255, 1º Andar, Sala 03, Galeria Farias, Bairro Farol, CEP: 57.055-710. Maceió, Alagoas, onde recebe citação e intimação e demais notificações legais e judiciais.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", nos termos da Lei 13.105/15, especificamente o art. 105 do Novo Código de Processo Civil - NCPC, constando como cláusula expressa a postulação em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Maceió, 27 de dezembro de 2016.

Outorgante

x Emerson dos Santos Cardoso

## **SUBSTABELECIMENTO**

ISABELA CRISTINA ROCHA MONTENEGRO, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 14.445, com escritório profissional situado à Rua Processor Guedes de Miranda, nº 255, Bairro Farol, Cidade de Maceió, Cep. 57.055-710, no Estado de Alagoas, SUBSTABELECE COM RESERVA DE PODERES na pessoa de AILTON CAVALCANTE BARROS, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 14.205, com escritório profissional situado à Rua do Alecrim, nº 20, Bairro Rio Novo, Cidade de Maceió, Cep. 57.070-500, no Estado de Alagoas, os poderes conferidos por EMERSON DOS SANTOS CARDOSO, através de instrumento particular de mandato (procuração ad judicium et extra)

Maceió, 30 de janeiro de 2016.

  
**ISABELA C. R. MONTENEGRO**  
ADVOGADA - OAB/AL 14.445

**ISABELA CRISTINA ROCHA MONTENEGRO**

Advogado OAB/AL 14.445



### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

EMERSON DOS SANTOS CAVALCANTE <sup>BRASILEIRO</sup>, SOLTEIRO AUTÔNOMO inscrito no CPF sob n.º 104529434-93 portador(a) de cédula de identidade RG n.º 35526831, residente e domiciliado(a) no endereço RUA "A", CJ. FREI FERNANDO, n.º S/N, Bairro CENTRO, cidade de CAJUEIRO/AL, CEP: 57.770-000 declara para os devidos fins que sua atual condição econômica não permite demandar em juízo sem prejuízo do seu sustento próprio e da sua família, pelo que pede os benefícios da justiça gratuita previstos na Carta Constitucional de 1988 e mais precisamente, com fulcro no artigo 4º, caput da Lei 1.060/50 (estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados), consorciado com o artigo 1º a Lei 7.115 de 29 de agosto de 1983.

Por ser verdade, firmo o presente.

Maceió, 27 de dezembro de 2016.

**Declarante**

x *Emerson dos Santos Cavalcante*

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CENTRO DE PESSOAS FOMENTIS  
IDENTIFICACAO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS

Polícia Direita



Emerson dos Santos Cardoso

CARTERA DE IDENTIDADE

EMERSON DOS SANTOS CARDOSO

VALDENIR CARDOSO DA SILVA  
JANETE DOS SANTOS CARDOSO

VIÇOSA - AL

DATA DE NASCIMENTO  
15/03/1994

CERTO NASC 18993 FLS 193 LIV A-41  
CAJUEIRO - AL

104.529.434-93  
1 VIA

DEL HELMANN VIEIRA DE OLIVEIRA  
DIRETOR DE IDENTIFICACAO CIVIL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO  
DOKUMENTACAO NACIONAL DE IDENTIFICACAO

EMERSON DOS SANTOS CARDOSO



DOC IDENTIFICACAO NACIONAL  
35534531 SEP AL  
CPF 104.529.434-93  
DATA DE NASCIMENTO 15/03/1994  
FILIO VALDENIR CARDOSO DA SILVA  
JANETE DOS SANTOS CARDOSO  
CND

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
965635597

104.529.434-93 15/03/2013 09/09/2013

CONDICAO Apto para Transporte Automotor

Emerson dos Santos Cardoso

LOCAL NASCIMENTO, ALAGOAS DATA 11/09/2014

Ass Paulo Roberto Vieira Mendes  
Chefe Provisório de Setor de

8070795348  
AL055177858

DETAN - AL/ALAGOAS

PRIMEIRO PLANTÃO  
965635597

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal  
**CPF**  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS  
Número de Inscrição  
**104.529.434-93**  
Nome  
**EMERSON DOS SANTOS CARDOSO**  
Nascimento  
15/03/1994



Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO



Av. Fernandes Lima, nº 3349 - Grutas de Lourdes - CEP: 37017-900  
MACEIÓ - ODEB 12.272.094/0001-00 - IE: 34987177-8  
RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO AUTORIZADA PELA SEC. DA FAZENDA  
MONTAGEM DE ENERGIA ELÉTRICA/SERVIÇO SIRE U/Nº

Nº da Nota Fiscal 000464622

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

PERÍODO	VENCIMENTO	CONSUMO (KWh)	VALOR A PAGAR (R\$)
JANEIRO/2015	30/01/2015	106	45,92

VALDEIR CARDOSO DA SILVA

8 A 88 CENTRO

C3 F8E1 FERNANDO

52-778-000 - CAJUEIRO

NOTA: 017.09.001.000020

DATA DA LEITURA	DATA DE LEITURA
Atual: 22852	Atual: 16/01/2015
Anterior: 22746	Anterior: 17/12/2014
Constante de Multiplicação: 1,000	Próxima Leitura: 14/02/2015
Consumo Medido: 106	Emissão: 16/01/2015
Consumo Faturado: 106	Apresentação: 16/01/2015
Forma de Faturamento: NORMAL	Fator de Potência: 30
Fator de Potência:	Diário de Consumo:

Classificação	Ligação	Número Medidor	Período	Código Fato	Módulo 12 meses
RESID. BA. RENDA	MOMO	05178331	5 2 11926	1.4.1.1	120

HISTÓRICO DE CONSUMO	DESCRIÇÃO DA CONTA
DEZ/14 99	CONSUMO 30 kWh a R\$ 0,184878 = 5,55
NOV/14 96	70 kWh a R\$ 0,184878 = 12,94
OUT/14 133	0 kWh a R\$ 0,184878 = 0,00
SET/14 130	0 kWh a R\$ 0,184878 = 0,00
AGO/14 126	DIFERENÇA DE TARIFA 2,22
JUL/14 152	SUBVENÇÃO BAIXA RENDA 2,22
JUN/14 141	CONTRIB. DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) 0,00
MAI/14 121	CORREÇÃO MONETÁRIA IC 11/14-00 0,00
ABR/14 115	PENALTA POR ATRASO 11/14-00 0,00
MAR/14 101	JUROS DE MORA DE IMPO 11/14-00 0,00
FEV/14 103	ADICIONAL BANDA LARANJEIRA 0,85
JAN/14 128	FECDEP = 0,19

URGENTES - IMPORTANTES - RESUMO DE GENCINCO
LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 5 10 15 20 25 30

RESERVAÇÃO AO FISCAL ED64.6511.C8F8.3508.A532.987F.B640.C852

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPORTE - TRIBUTOS - R\$
Distribuição: 43,77	Rosa de Cálculo: 56,90
Energia: 0,00	Alíquota ICMS: 17,00%
Transmissão: 0,00	Valor do ICMS: 9,67
Encargos: 0,00	Valor do PIS: 0,62
Tributos: 13,13	Valor do COFINS: 2,84

INDICADORES DE CONTINUIDADE									
	DIC			FIC			DHIC	DHFI	
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal	
Índice	11,45	22,90	45,80	8,77	17,55	35,10	6,29		
Índice	1,19			2,00			0,77		
Consumo	SE CAPELA						Período de apuração	11/2014	Valor 10,37

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, EMERSON DOS SANTOS CARDOZO,  
BRASILEIRO, SOLTEIRO, AUTÔNOMO, portador (a) da  
 carteira de identidade nº 35526831, expedida pelo \_\_\_\_\_,  
 inscrito (a) no CPF sob o nº 104 529 434 93 DECLARO que sou  
 residente e domiciliado (a) na  
RUA "A", Cx. FREI FERNANDO, S/N, CENTRO -  
CAVEIRO/NCEP 5771000 para fazer prova em juízo e fora  
 dele, conforme os mandamentos do art. 1º da Lei nº 7.115/83, *in*  
*verbis*:

Art. 1º – A declaração destinada a fazer prova de vida,  
 residência, pobreza, dependência econômica,  
 homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo  
 próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as  
 penas da lei, presume-se verdadeira.

DECLARO, ainda, estar ciente de que a falsidade da  
 presente declaração poderá implicar na sanção penal prevista no  
 art. 299 do Código Penal, abaixo transcrito:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular,  
 declaração que dele deveria constar, ou nele inserir ou  
 fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia  
 ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar  
 obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente  
 relevante.

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se  
 o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três)  
 anos, e multa, se o documento é particular.


Maceió, 27 de dezembro de 2016

x Emerson dos Santos Cardoso

NOME:

CPF: 104 529 434 93



 ESTADO DE ALAGOAS SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL POLICIA CIVIL		<b>BOLETIM DE OCORRÊNCIA</b> DELEGACIA: 102º DP - Cajueiro 9ª DRP/DPJA3 FONE: 32841780 DATA/HORA COMUNICADO: 11/02/2015 15:11 DELEGACIA DESTINO: 102º DP - Cajueiro 9ª DRP/DPJA3		NUMERO: 0905-H/15-0043 Pág.1 / 1
<b>FATO</b>	NATUREZA: LESÃO CORPORAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO		INSTRUMENTO: Outros	
	DATA/HORA: 24/01/2015 17:40		LOCAL DO FATO: USINA CAPRICHOS Zona Rural Cajueiro	
	DIA DA SEMANA: 6 PONTO DE REFERÊNCIA: EM FRENTE AO HOTEL BEIRA RIO			
COR 1 BRANCO 4 PARDO 2 PRETO 5 SARAFA 3 AMARELO 6 ALBINO		ESTADO CIVIL 1 SOLTEIRO 4 SEPARADO 2 CASADO 5 AMASIADO 3 VIUVO		NACIONALIDADE 1 BRAS. NATO 2 BRAS. NATURALIZADO 3 ESTRANGEIRO
		DIA DA SEMANA 1 SEG 4 QUI 7 DOM 2 TER 5 SEX 3 QUA 6 SAB		GRAU DE INSTRUÇÃO 1 ANALFABETO 4 NÍVEL MÉDIO 2 ALFABETIZADO 5 SUPERIOR 3 FUNDAMENTAL
<b>VITIMA</b>	NOME / RAZÃO SOCIAL: EMERSON DOS SANTOS CARDOSO		RG: 35526831	SSP-AL
	FILIAÇÃO: VALDENIR CARDOSO DA SILVA		JANETE DOS SANTOS CARDOSO	
	PROFISSÃO: Outras		DATA DE NASCIMENTO: 15/03/1994	IDADE: 20
	UF: AL NATURALIDADE: VIÇOSA/AL		COR: 4	SEXO: M
	ENDEREÇO: CJ. FREI FERNANDO RUA: A		Nº 08	
	BAIRRO: CENTRO		CIDADE: Cajueiro	FONE:
	SE ( ) PM ( ) PF ( ) PC ( ) PRF ( ) BM ( ) GM ESPECIFICAR ( ) EM SERVIÇO ( ) FORA DE SERVIÇO ( ) INATIVO			
	AFINIDADE VITIMA -> AUTOR:		OCORRÊNCIA RELACIONADA A: Nº 0905-H/15-0023	
	NOME / RAZÃO SOCIAL: MARIA DAMELLE CÂNDIDO DA SILVA		RG: 3874998-0	SSP-AL
	FILIAÇÃO: JOSE DAMIÃO CÂNDIDO DA SILVA		MARIA DAS DORES GOMES DA SILVA	
PROFISSÃO: Estudante		DATA DE NASCIMENTO: 20/09/1995	IDADE: 19	
UF: AL NATURALIDADE: VIÇOSA/AL		COR: 4	SEXO: F	
ENDEREÇO: CJ. FREI FERNANDO RUA: A		Nº 08		
BAIRRO: CENTRO		CIDADE: Cajueiro	FONE:	
SE ( ) PM ( ) PF ( ) PC ( ) PRF ( ) BM ( ) GM ESPECIFICAR ( ) EM SERVIÇO ( ) FORA DE SERVIÇO ( ) INATIVO				
AFINIDADE VITIMA -> AUTOR:		OCORRÊNCIA RELACIONADA A: Nº 0905-H/15-0024		
<b>AUTOR: DESCONHECIDO</b>				
<b>VEICULO</b>	VEICULO: DEVOLVIDO		PLACA: ORK2548	CHASSI: 9C2HB0210FR010215
	MARCA/MODELO: HONDA	POP/100	COR: BRANCA	ANO FABRICAÇÃO: 2014 ANO MODELO: 2015
<b>HISTORICO</b>	QUE NO DIA 12/01/2015 POR VOLTA DAS 17:40 HS, RELATA O NOTICIANTE QUE VINHA CONDUZINDO SUA MOTO COM SUA ESPOSA NA GARUPA, QUANDO ATRAVESSOU NA FRENTE DA MOTO UM CACHORRO, NÃO CONSEGUINDO DESVIAR, COLIDIU COM O ANIMAL; QUE AO BATER NO ANIMAL PERDEU O CONTROLE DA MOTO E CAIU NA PISTA JUNTAMENTE COM SUA ESPOSA DAMELLE; QUE POPULARES QUE MORAM PERTO DO LOCAL DO ACIDENTE QUE FIZERAM O SOCORRO, OS LEVANDO PARA O HOSPITAL DE CAJUEIRO/AL; QUE PROCUROU ESTA 102ª DP DE CAJUEIRO/AL PARA FAZER O B.O. E DAR ENTRADA NO SEGURO DPVT; OBS: NÃO CONSEGUIR RETIFICAR A HORA DO ACIDENTE NO B.O. ENTÃO COLOQUEI A DATA E HORA CORRETA NO HISTORICO.			
NOTICIANTE:		ASS.:		
ELABORADO POR: Fernando Antonio Lucena Malta		ASS.: RG / MAT.: 3014177		
AUTORIDADE: Antônio Rosaivo Cardoso dos Santos		ASS.: RG / MAT.: 304832		
ESCRIVÃO AD-HOC: Fernando Antonio Lucena Malta		ASS.: RG / MAT.: 3014177		



CICERO RAPOSO RAMIRES/ JONAS HENRIQUE - ALS | [alterar senha](#) | [institucional](#) | [sair](#)

- CADASTRO DE PROCESSO
- VISUALIZAR PROCESSO
- CADASTROS GERAIS
- ARQUIVO MORTO

VISUALIZAR PROCESSO

Processo da: <MATRIZ - CURITIBA>

Voltar

PROCESSO

Número do Sinistro

3150/515069 (TOTAL)

Vítima

EMERSON DOS SANTOS CARDOSO

Filial

MATRIZ - CURITIBA

Data Cadastro

13/04/2015

Garantia

INVALIDEZ

Data Sinistro

12/01/2015

Data Recepção

13/04/2015

Analista

VIVIANE

Categoria

09 - MOTO

Seguradora

Capemisa Vida e Previdência

Situação

NEGADO

CORRETORA

Nome

CICERO RAPOSO RAMIRES/ JONAS HENRIQUE - ALS

Responsável

CICERO/ JONAS HENRIQUE

PROCURADOR

Nome

Email

Telefone

CPF

Celular

ENVIO À SEGURADORA LÍDER

Data Envio

06/07/2015

Num Carta

IRON

BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS

Data Pagto	Data Rateio	Beneficiário - CPF/CNPJ	Valor Indenização	Valor Pleitado	Diferença	Dados Bancários
		EMERSON DOS SANTOS CARDOSO 104.529.434-93	0,00	0,00	0,00	2   104/_2045_/_____142762/_

DOCUMENTOS

Data Solicitação	Data Recepção	Descrição
16/04/2015		Esclarecimento quanto a data do fato, haja vista que no Boletim de Ocorrência, no campo próprio da data e hora do fato, informa que o acidente ocorreu em 24/01/2015 já no campo onde consta a mecânica do fato e na Documentação Médica informa que ocorreu no dia 12/01/2015.
	08/06/2015	RECEBIDO(VIA EMAIL) B.O - DOC E PROC ENC P/ ANALISE
11/06/2015		Deverá ser apresentado Laudo do IML na jurisdição do acidente ou da residência da vítima, conforme previsto na Lei 11945/09, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado da invalidez permanente.
11/06/2015		OBS: A declaração ora recepcionada informa que ?O estabelecimento do IML localizado no Município em que residu realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias. Dessa forma, sendo necessário o documento acima citado.
11/06/2015		Esclarecimento quanto a data do fato, haja vista que no Boletim de Ocorrência, no campo próprio da data e hora do fato, informa que o acidente ocorreu em 24/01/2015 já no campo onde consta a mecânica do fato informa que ocorreu no dia 12/01/2015.
11/06/2015		Atendimento pelo Corpo de Bombeiros, ou Atendimento pela Polícia Militar, ou Atendimento pela Polícia Civil, ou Atendimento pela Polícia Rodoviária Federal, ou Atendimento pelos \"Anjos do Asfalto\", ou Concessionárias de Vias Públicas, ou Remoção pelo SAMU, ou Remoção pela Defesa Civil, ou Inquérito Policial, ou Aviso de Sinistro em seguradora do Ramo Auto, ou Outro documento que evidencie que o acidente relatado no BO por ato declaratório de fato ocorreu na data/local informado.
11/06/2015		NOTA: Os documentos acima referidos, inclusive os emitidos pela rede de atendimento médico-hospitalar, deverão ser produzidos imediatamente após o acidente e permitir a comprovação do nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões.
	01/07/2015	RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IML - DOC E PROC ENC P/ ANALISE
06/07/2015		SEGUE LIDER
28/07/2015		Após análise cuidadosa de toda documentação apresentada, inclusive com a avaliação da assessoria médica, concluímos que não está configurado o quadro de invalidez permanente resultante de acidente causado por veículo automotor, ou por carga deste, nos termos da Lei nº 6.194/1974, com redação conferida pela Lei nº 11.945,2009. Assim, por não haver cobertura técnica para o evento objeto de sua solicitação, haja vista a inexistência de sequelas permanentes, não é devido o pagamento da indenizaçã



**GLOSA OU RELATÓRIO**

□

**CARTA**

	Data	Usuário
	16/04/2015	VIVIANE
	11/06/2015	HENRIQUE VEIGA
	28/07/2015	Anderson
□		

**DECLARAÇÃO DE AUSENCIA DE LAUDO DO IML**

Eu, \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob o nº 104.529.434-93 residente e domiciliado na RUA "A", 00, CENTRO, EJ. FRG FERNANDO, Cidade CAJUEIRO, Estado ALAGOAS, declaro, sob as penas da lei, que impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ( ) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Emerson dos Santos Cardoso  
Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

MACAÏS, 30/03/2015  
Local e data

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - AL Nº 011535625249

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 01 COD RENAVAM 01029682701 INTRC 2014

NOME  
JANETE DOS SANTOS CARDOSO

CPF/CNPJ 07321338401 PLACA ORK2548

PLACA ANT./UF AL 9C2HB0210FR010215 CHASSI

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/ COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/POP100 ANO INIC 2014 ANO MOD 2015

CAR/POT/CIL 2E/97CC CATEGORIA PARTIC BRANCA

COTA UNICA 1º 2º 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 47,79 COTA UNICA 52,14 DATA DE PAGAMENTO 12/12/2014

PREMIO TARIFARIO (R\$) 47,79 COTA UNICA 52,14 DATA DE PAGAMENTO 12/12/2014

AF /ADM.DE CONS.NAC.HONDA LTDA

CAJUEIRO

0155403

17/12/2014

0155403

ANAPOLIS/GO

0155403

17/12/2014

0155403

ANAPOLIS/GO

DETRAN

CONTRAN

AL Nº 011535625249

BILHETE DE SEGURO DPVAT

1

4

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.dpvatsegurotransito.com.br  
SAC DPVAT 0800 922 1204

2

3

8

2

0

EXERCÍCIO 2014 DATA EMISSÃO 17/12/2014

CPF/CNPJ 07321338401 PLACA ORK2548

RENAVAM 01029682701 MARCA/MODELO HONDA/POP100

ANO INIC 2014 ANO MOD 2015

CHASSI 9C2HB0210FR010215

PREMIO TARIFARIO

PREMIO (R\$) 21,51 COTA UNICA 2,38

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 COTA UNICA 0,20

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 COTA UNICA 0,20



TOTAL DO BILHETE (R\$) 52,14

DATA DE COTAÇÃO 12/12/2014

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 00.548.888/0001-04

www.seguredolider.com.br

<b>UMDADC</b> UNIDADE MISTA DR AUGUSTO DIAS CARDOSO		<b>FICHA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA</b>			
DATA: 12/10/15		HORA DE ENT.: 13:00		PSF:	
NOME: Emerson dos S. Cardoso					
D/ N: 1 1		IDADE: 20 anos		SEXO: m	
TELEFONE:					
ENDEREÇO: cong. F. Fernando, A					
CARTÃO SUS:			NOME RESPONSÁVEL:		
QUEIXA PRINCIPAL: Queda de moto. Nega perda de consciência.					
Ferimento em peito e pé esquerdo. hemorragia do nariz e boca.					
DIAGNÓSTICO: Nega alergias.					
① Voltarem 75 mg - 1ampolo IM ② hemorragia local + amoluo.					
PROCEDIMENTO REALIZADO:					
PESO DO PACIENTE _____ ( ) CURATIVO ( ) SUTURA ( ) NEBULIZAÇÃO TEMPERATURA _____ ( ) INSULINA ( ) DRENAGEM ABCESSO ( ) RETIRADA DE PONTOS PRESSÃO ARTERIAL <u>120/80</u> X <u>60</u> ( ) CORPO ESTRANHO - ( ) IM ( ) VO ( ) EV ( ) SORO					
ASSINATURA DO MÉDICO  Médica CRP 100568			ENFERMAGEM ( RESPONSÁVEL ) OBSERVAÇÃO OU DESCRIÇÃO DE MEDICAÇÃO NO VERSO		

<b>UMDADC</b> UNIDADE MISTA DR AUGUSTO DIAS CARDOSO		<b>FICHA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA</b>			
DATA: 21/01/15		HORA DE ENT.: 15:30		PSF:	
NOME: Emerson dos Santos		D/ N: 15/03/94		IDADE: 20 anos SEXO:	
ENDEREÇO: Conj. Frei Bernardino Rua A n:08		TELEFONE:		CARTÃO SUS: 898002307936194	
QUEIXA PRINCIPAL:		NOME RESPONSÁVEL:			
DIAGNÓSTICO:					
PROCEDIMENTO REALIZADO:					
PESO DO PACIENTE _____ ( ) CURATIVO ( ) SUTURA ( ) NEBULIZAÇÃO TEMPERATURA _____ ( ) INSULINA ( ) DRENAGEM ABCESSO ( ) RETIRADA DE PONTOS PRESSÃO ARTERIAL _____ ( ) CORPO ESTRANHO - ( ) IM ( ) VO ( ) EV ( ) SORO					
ASSINATURA DO MÉDICO:			ENFERMAGEM ( RESPONSÁVEL ) OBSERVAÇÃO OU DESCRIÇÃO DE MEDICAÇÃO NO VERSO →		

Luciene Oliveira S. M. R.  
 A(x) Enfermeira  
 COREN AL 682754

<b>UMDADC</b> UNIDADE MISTA DR AUGUSTO DIAS CARDOSO		<b>FICHA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA</b>			
DATA: 24/01/15		HORA DE ENT.: 17:40		PSF:	
NOME: Emerson dos Santos Cardoso					
D/N: 15103194		IDADE: 20 anos		SEXO: TELEFONE:	
ENDEREÇO: Conj. Frei Bernardino Rua "A" n: 08					
CARTÃO SUS: 898.002307936191			NOME RESPONSÁVEL:		
QUEIXA PRINCIPAL: Paciente vítima de queda de moto há 15 dias. O mesmo apresenta escoriações. O mesmo não consegue se locomover para o trabalho.					
DIAGNÓSTICO: Conduta: - Orientações - Medicamentos para casa.					
PROCEDIMENTO REALIZADO:					
PESO DO PACIENTE _____ ( ) CURATIVO ( ) SUTURA ( ) NEBULIZAÇÃO TEMPERATURA _____ ( ) INSULINA ( ) DRENAGEM ABCESSO ( ) RETIRADA DE PONTOS PRESSÃO ARTERIAL _____ X _____ ( ) CORPO ESTRANHO - ( ) IM ( ) VO ( ) EV ( ) SORO					
Laís Barros Vilela Médica CRM 6204 ASSINATURA DO MÉDICO			11/01/15 657460 ENFERMAGEM (RESPONSÁVEL) OBSERVAÇÃO OU DESCRIÇÃO DE MEDICAÇÃO NO VERSO		





**Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Capital**  
**Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador**  
**Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-**  
**AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br**

**Autos n.º 0702730-16.2017.8.02.0001**

**Ação:** Procedimento Ordinário

**Autor:** Emerson dos Santos Cardoso

**Réu:** Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

#### DESPACHO

Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita, que irá compreender o conteúdo do disposto no artigo 98, § 1.º e incisos, do CPC.

Estando nos moldes do disposto nos artigos 319 e 320 do Novo Código de Processo Civil e não se enquadrando o caso nas hipóteses de improcedência liminar do(s) pedido(s) - artigo 332 do mesmo diploma - recebo a petição inicial, ao mesmo tempo em que determino o encaminhamento do presente feito ao CJUS, a fim de que proceda com o apazamento de data para ter lugar a audiência de conciliação/mediação, respeitando-se os prazos previstos no artigo 334, caput, do CPC.

Intime-se a parte autora na pessoa do seu advogado - § 3.º do artigo 334.

Advirta-se na publicação de intimação e no instrumento de citação que as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos na audiência supracitada, sob pena de restar inviabilizada à sua realização.

comparecimento do autor e/ou do réu à audiência de conciliação/mediação importará no reconhecimento da prática de ato atentatório à dignidade da justiça e será o(s) faltante(s) sancionado(s) com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, que será revertida em favor do Estado.

Publique-se.

Maceió(AL), 11 de maio de 2017.

**Gustavo Souza Lima**  
**Juiz de Direito**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA  
CÍVEL DA CAPITAL- ALAGOAS**

**PROCESSO Nº 0702730-16.2017.8.02.0001**

**AUTOR: EMERSON DOS SANTOS CARDOSO**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**

**EMERSON DOS SANTOS CARDOSO**, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio de seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de V. Ex<sup>a</sup>., em atenção a intimação retro, apresentar **MANIFESTAÇÃO DE DESINTERESSE EM AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### **I – DA NECESSIDADE DE CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA DESIGNADA.**

Tratam os presentes autos acerca de Ação de Complementação de Indenização do Seguro DPVAT, manejada pelo Sr. Emerson dos Santos Cardoso contra a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em razão de desproporcionalidade ou incompatibilidade do pagamento com relação ao grau de invalidez sofrido pelo autor em virtude do grave abaloamento sofrido por este último.

Ocorre que, compulsando os fólios processuais, denota-se que este Egrégio Juízo exarou decisão interlocutória no seguinte sentido de que fosse realizada audiência de conciliação, com vistas à autocomposição entre as partes.

**Contudo, Impoluto Julgador, no que pese o notório saber jurídico e irreprochável condução processual promovida no vertente processo, vem a parte autora requerer, *mui* *respeitosamente*, seja reconsiderada a decisão supra colacionada, tendo em vista que não possui interesse na realização de audiência de conciliação no presente momento processual. Expliquemos o porquê.**

Conspícuo Julgador, em virtude da vasta experiência deste escritório jurídico em demandas de similitude fática e jurídica com a presente, imperioso se faz destacar que, apercebeu-se que na esmagadora maioria dos processos, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A não possui interesse na autocomposição em audiência de conciliação ocorrida antes da marcação e realização de perícia judicial da parte autora.

Excelência, tendo em vista que raras são as vezes nas quais a Seguradora ré apresenta interesse em conciliar quando as audiências de conciliação ocorrem em momento prefacial ou inicial do processo, não se torna plausível ou justo com esta Nobre Corte que seja marcada e realizada audiência de autocomposição quando uma das partes não possui tal talante ou intento.

Importante se faz destacar também que diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, viável se faz deixar para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, conforme dicção do art. 139, VI e enunciado nº 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo".

Sendo assim, levando-se em consideração ser possível prever que restará infrutífera a realização de audiência de conciliação designada por este Juízo antes da realização de perícia médica judicial realizada na parte autor e, por conseguinte, evitando despendendo desgasta da máquina ou erário público, vem a parte autora requerer, *mui respeitosamente*, a Vossa Excelência que:

**Seja cancelada a audiência de conciliação designada por esta Colenda Corte, deixando para análise superveniente de sua necessidade após maior avanço processual, mormente com a realização de eventual perícia médica judicial da parte autora, com vistas à comprovação da incapacidade/invalidéz gerada em razão do acidente de trânsito. Mister se faz assinalar tratar-se de medida da mais lúdima justiça.**

Termos em que,  
Pede deferimento.

Maceió, 26 de agosto de 2017.

**AILTON CAVALCANTE BARROS**  
Advogado OAB/AL 14.205

**WÁBLIO WILLIAN LEANDRO SILVA**  
Advogado OAB/ 14.254



**Juízo de Direito da CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E  
CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL**  
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: (82) 4009-3707,  
Maceió-AL - E-mail: centralconciliacao@tjal.jus.br**

**Autos nº 0702730-16.2017.8.02.0001**

**Ação:** Procedimento Ordinário

**Autor:** Emerson dos Santos Cardoso

**Réu:** Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

### **DESPACHO**

Considerando a petição de fls. 28 a 30, remeta-se para o juízo de origem.

Maceió(AL), 23 de fevereiro de 2018.

**José Miranda Santos Junior**  
**Juiz de Direito**



**Juízo de Direito - 12ª Vara Cível da Capital**  
**Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador**  
**Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-**  
**AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br**

**Autos nº: 0702730-16.2017.8.02.0001**

**Ação:** Procedimento Ordinário

**Autor:** Emerson dos Santos Cardoso

**Réu:** Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

### **DECISÃO**

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, entendo que a realização da audiência de conciliação estabelecida no artigo 334, do CPC mostra-se ineficaz e não surtirá seus devidos efeitos ao presente caso, haja vista que a conciliação restará infrutífera antes de haver a produção de prova pericial com a finalidade de comprovar o percentual da lesão e o montante que a parte autora faz jus, razão pela qual, com base no princípio da celeridade processual e amparado ao artigo 139 do CPC, passo a flexibilizar o procedimento da causa e adaptá-lo - CPC, art. 139, VI e enunciado nº 35 da ENFAM: *"Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo."*

Dessa forma, chamo o feito à ordem e passo a determinar o que se segue:

(a) Determino, de ofício, a produção antecipada da prova pericial, tendo em vista a necessidade de um parecer de profissional competente e especializado na área para elucidar as questões técnicas;

(b) Para tanto, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial nestes autos o especialista credenciado no juízo para realizar as perícias de DPVAT, que deve ser intimado para dizer se aceita o encargo, designando data para o ato pericial, intimando-se as partes e seus assistentes técnicos, se indicados.

(c) De logo, fixo os honorários periciais na importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), os quais serão pagos pela ré, nos moldes do Termo de Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, celebrado entre o E. Tribunal de Justiça de Alagoas e Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A;





**Juízo de Direito - 12ª Vara Cível da Capital**  
**Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador**  
**Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-**  
**AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br**

(d) Observo que a intimação do perito poderá ser realizada através de endereço eletrônico ou contato telefônico;

(e) Cite/Intime-se a parte ré para integralizar a lide, observando-se que o pagamento dos honorários periciais deverá ser realizado nos termos do Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, da seguinte forma: *"2.1. A SEGURADORA LÍDER deverá ser intimada após a realização da perícia médica judicial presencial para efetuar o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, para as perícias médicas presenciais realizadas no curso normal do processo ou a contar da data do recebimento do Ofício original, a ser expedido pelo Juízo competente, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas nas Pautas Concentradas de Perícia. e efetuar o necessário depósito no prazo de 15 dias, a fim de que o feito possa prosseguir;"*

(f) Considerando o art. 465, §1º, sejam, ainda, intimadas partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições. Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º).

(g) Após, determino a Sra. Chefe de Secretaria que, em contato com o Sr. Perito Judicial, designe data para realização da perícia, a qual deverá ocorrer em regime de mutirão.

Expedientes e comunicações necessárias.

Maceió , 13 de março de 2019.

**GUSTAVO SOUZA LIMA**  
**Juíza de Direito**

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0189/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 12/04/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 16/04/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

17/04/2019 - Semana Santa - Prorrogação  
18/04/2019 - Semana Santa - Prorrogação  
19/04/2019 - Semana Santa - Prorrogação  
21/04/2019 - Tiradentes - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Ailton Cavalcante Barros (OAB 14205/AL)	5	25/04/2019
WABLIO WILLIAN LEANDRO SILVA (OAB 14254/AL)	5	25/04/2019
Isabela Cristina Rocha Montenegro (OAB 14445/AL)	5	25/04/2019

Teor do ato: "Dessa forma, chamo o feito à ordem e passo a determinar o que se segue: (a) Determino, de ofício, a produção antecipada da prova pericial, tendo em vista a necessidade de um parecer de profissional competente e especializado na área para elucidar as questões técnicas; (b) Para tanto, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial nestes autos o especialista credenciado no juízo para realizar as perícias de DPVAT, que deve ser intimado para dizer se aceita o encargo, designando data para o ato pericial, intimando-se as partes e seus assistentes técnicos, se indicados. (c) De logo, fixo os honorários periciais na importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), os quais serão pagos pela ré, nos moldes do Termo de Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, celebrado entre o E. Tribunal de Justiça de Alagoas e Seguradora Líder do consórcio do Seguro DPVAT S/A; (d) Observo que a intimação do perito poderá ser realizada através de endereço eletrônico ou contato telefônico; (e) Cite/Intime-se a parte ré para integralizar a lide, observando-se que o pagamento dos honorários periciais deverá ser realizado nos termos do Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, da seguinte forma: "2.1. A SEGURADORA LÍDER deverá ser intimada após a realização da perícia médica judicial presencial para efetuar o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, para as perícias médicas presenciais realizadas no curso normal do processo ou a contar da data do recebimento do Ofício original, a ser expedido pelo Juízo competente, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas nas Pautas Concentradas de Perícia. e efetuar o necessário depósito no prazo de 15 dias, a fim de que o feito possa prosseguir;" (f) Considerando o art. 465, §1º, sejam, ainda, intimadas partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições. Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º). (g) Após, determino a Sra. Chefe de Secretaria que, em contato com o Sr. Perito Judicial, designe data para realização da perícia, a qual deverá ocorrer em regime de mutirão. Expedientes e comunicações necessárias. Maceió, 13 de março de 2019. GUSTAVO SOUZA LIMA Juiz de Direito "


Maceió, 12 de abril de 2019.

Zimbra

manassesparanhos@tjal.jus.br

**Intimação - Perícia judicial****De :** Manassés Paranhos <manassesparanhos@tjal.jus.br>

Ter, 16 de Abr de 2019 11:34

**Assunto :** Intimação - Perícia judicial 1 anexo**Para :** djalmamaiasantana@gmail.com**Cc :** vcivel12 <vcivel12@tjal.jus.br>**Juízo de Direito - 12ª Vara Cível da Capital****Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador****Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-****AL - E-mail: [vcivel12@tjal.jus.br](mailto:vcivel12@tjal.jus.br)**

Ref.

Autos nº: 0702730-16.2017.8.02.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Emerson dos Santos Cardoso

Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Pelo presente, INTIMO Vossa Senhoria para dizer se aceita o encargo de PERITO JUDICIAL do processo acima identificado, cientificando-lhe de que os honorários periciais foram fixados na importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), cujo pagamento deverá ser arcado pela parte ré e realizado nos moldes do Termo de Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, celebrado entre o E. Tribunal de Justiça de Alagoas e Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A.

Segue em anexo, senha dos autos para consulta integral no site do TJ/AL.

Manassés Paranhos P. Júnior - Analista Judiciário  
Favor responder ao e-mail: [vcivel12@tjal.jus.br](mailto:vcivel12@tjal.jus.br)

**Senha processo [0702730-16.2017.8.02.0001].pdf**

70 KB



Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Capital

Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

Processo Digital nº: **0702730-16.2017.8.02.0001**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**  
 Autor: **Emerson dos Santos Cardoso**  
 Réu: **Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.**

**Destinatário:**

**Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.**

Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro

Rio de Janeiro-RJ

CEP 20031-201

Fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para responder a ação acima descrita, conforme decisão prolatada nos autos do processo em epígrafe, cuja senha para conhecimento do inteiro teor da presente ação no sítio do TJ/AL segue acima, bem como **INTIMADO** da decisão (resumo): "*Dessa forma, chamo o feito à ordem e passo a determinar o que se segue: (a) Determino, de ofício, a produção antecipada da prova pericial, tendo em vista a necessidade de um parecer de profissional competente e especializado na área para elucidar as questões técnicas; (b) Para tanto, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial nestes autos o especialista credenciado no juízo para realizar as perícias de DPVAT, que deve ser intimado para dizer se aceita o encargo, designando data para o ato pericial, intimando-se as partes e seus assistentes técnicos, se indicados. (c) De logo, fixo os honorários periciais na importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), os quais serão pagos pela ré, nos moldes do Termo de Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, celebrado entre o E. Tribunal de Justiça de Alagoas e Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A; (d) Observo que a intimação do perito poderá ser realizada através de endereço eletrônico ou contato telefônico; (e) Cite/Intime-se a parte ré para integralizar a lide, observando-se que o pagamento dos honorários periciais deverá ser realizado nos termos do Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, da seguinte forma: "2.1. A SEGURADORA LÍDER deverá ser intimada após a realização da perícia médica judicial presencial para efetuar o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, para as perícias médicas presenciais realizadas no curso normal do processo ou a contar da data do recebimento do Ofício original, a ser expedido pelo Juízo competente, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas nas Pautas Concentradas de Perícia, e efetuar o necessário depósito no prazo de 15 dias, a fim de que o feito possa prosseguir;" (f) Considerando o art. 465, §1º, sejam, ainda, intimadas partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições. Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º). (g) Após, determino a Sra. Chefe de Secretaria que, em contato com o Sr. Perito Judicial, designe data para realização da perícia, a qual deverá ocorrer em regime de mutirão. Expedientes e comunicações necessárias. Maceió, 13 de março de 2019."*

Maceió, 16 de abril de 2019. **Manassés Paranhos Prado Júnior - Analista Judiciário. OBS: Senha segue em anexo.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE MACEIO - AL**

**Processo Nº 0702730-16.2017.8.02.0001.**

**EMERSON DOS SANTOS CARDOSO**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seus advogados, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar **QUESITOS** à serem respondidos pelo *expert* perito judicial.

Queira o Ilustríssimo Senhor perito esclarecer:

- a) Levando em consideração o acidente de trânsito relatado na exordial, se houve lesão à integridade física da vítima. Em caso afirmativo, queira esclarecer quais são?
- b) Restou sequelas da lesão ocorrida? Em caso afirmativo, rogamos identificá-las.
- c) Se das sequelas identificadas quais foram às consequências traumáticas e funcionais dos órgãos/membros atingidos?
- d) Se tal sequelas causou redução na capacidade laborativa da vítima.
- e) Se a lesão deixou sequelas estéticas e deformidades, quantificando os graus de perda das mobilidades.
- f) Poderíamos afirmar que a perda ou diminuição da função em razão da lesão constatada ocasionou perda funcional de 70% como descrito na exordial?
- g) Queira o Dr. Perito esclarecer se a diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado é de caráter total ou parcial; e em que percentual este órgão está lesionado?

- h) Que o Sr. Perito esclarece se houve incapacidade laborativa, e tudo o mais que achar necessário.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Maceió, 29 de abril de 2019.

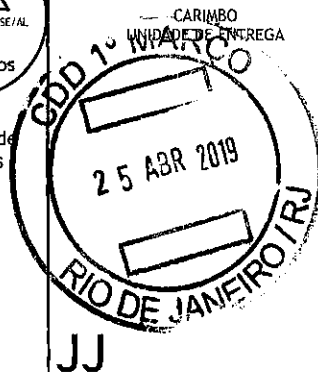
**AILTON CAVALCANTE BARROS**  
Advogado OAB/AL 14.205

**ARIANE CAVALCANTE BARROS**  
Advogada OAB/AL 16.678



**Digital**22/04/2019  
LOTE: 1749

fls. 39

**ATENÇÃO:**  
Posta restante de  
20 (vinte) dias  
corridos.**DESTINATÁRIO**

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro

Rio de Janeiro, RJ

20031-201

AR996848838VU

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**  
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____          |  |

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO